

## Os Modos de sentir o mundo: a história das mentalidades e sua relação com o inconsciente coletivo

*Modes of feeling the World: the story of mentalities and its relationship with the collective unconscious*

Amanda Muniz Oliveira<sup>1</sup>  
Rodolfo Bastos<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo trata das relações análogas entre a História das Mentalidades e os Arquétipos e Inconsciente Coletivo de Carl Gustav Jung. As Mentalidades partem da premissa de que existe em qualquer sociedade uma espécie de mentalidade coletiva, algo referente a uma *estrutura mental* e que se transforma muito lentamente – *longa duração* – originando permanências incorporadas aos hábitos mentais. Para Jung, existe uma memória coletiva (Inconsciente Coletivo) que é o conjunto das vivências e experiências (Arquétipos) dos seres humanos nas civilizações passadas, herdadas e universais a todos os homens. No conjunto, o trabalho objetiva uma análise epistemológica e relacional sobre o conhecimento em torno da teoria da história, em especial, as Mentalidades, através de elementos de proximidade entre essas duas teorias.

**Palavras chave:** História das Mentalidades. Inconsciente Coletivo. longa duração.

**Abstract:** This article deals with the analogous relations between the history of mentalities and the Archetypes and the Collective Unconscious by Carl Gustav Jung . The Mentalities believes in the premise that in any society there is a kind of collective mentality , something related to a mental structure that changes in very slowly way - long term - creating ideas that remains on and on, and are incorporated into the mental habits. For Jung , there is a collective memory ( Collective Unconscious ) which is the set of experiences ( archetypes ) of human beings in the past , inherited and universal to all civilizations. Overall, the study aims an epistemological and relational analysis about the knowledge related to the theory of history , in particular, Mentalities , through the elements of proximity between these two theories .

**Keywords:** History of Mentality . Collective Unconscious . long term.

### Introdução

Os gregos, por meio da Poesia – de Homero ou Hesíodo – ou mesmo pela Filosofia clássica normativa, que surgiu no século V a.C, apresentavam um pensamento bem distinto

---

<sup>1</sup> Amanda Muniz Oliveira é Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: amandai040@gmail.com

<sup>2</sup> 16 Rodolpho Bastos é mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. Conta to: rodoxbastos@gmail.com . Data de submissão 27/08/2014 e aceite em 01/11/2015.

quando pensavam sobre o mundo e o Homem. Partiam de uma dada universalidade e manifestavam uma concepção antropológica, epistemológica e ontológica, imune a corrosão do tempo, um viés a-histórico. Dentro desse contexto intelectual (desfavorável), a criação da História por Heródoto no século V a.C representa uma verdadeira revolução cultural, já que segundo Reis (2004, p. 11-12),

O historiador optou pelo sublunar, pela temporalidade, que, para ele, é o verdadeiro lugar da inteligibilidade da vida humana. Essa foi uma atitude inaugural, original, uma ruptura com a tradição mítica e filosófica. “Os homens no tempo”, os homens em sua vida particular e pública, com os seus nomes, iniciativas e valores, experiências e esperanças, em sua finitude, em sua historicidade, em suas mudanças – eis o novo objeto do novo conhecimento. Heródoto argumentaria contra Aristóteles: é pouco sério falar do vivido humano? Na verdade, não é o vivido que interessa a um pensamento realmente sério? Sem desvalorizar a ficção e a poesia, a filosofia e a ciência, o vivido não é o que mais exige reflexão, análise e investigação? Eis a convicção de Heródoto e dos historiadores que então surgiam. A história foi a “ciência nova” das ações humanas no tempo.

O Autor prossegue, afirmando que enquanto o poeta se prestava a ouvir as musas, o historiador busca a verdade, interrogando/ouvindo os fatos, ou escrevendo sobre o que ele mesmo viu. “Diferentemente do mito e da poesia, o conhecimento histórico é escrito, o que permite a comparação, a correção de contradições, a incredulidade em relação ao fabuloso e maravilhoso” (REIS; 2000, p. 12). Ao mesmo tempo em que Heródoto valoriza o tempo dos homens, também funda uma nova ciência, ou pelo menos uma nova forma de pensar o homem.

O tempo histórico só existe relacionado a uma época histórica e uma construção simbólica determinada, se dá numa representação histórica e não ao conceito, à teoria. As renovações em história, como todas as suas “escolas históricas”, realizam sempre uma mudança significativa na representação do tempo histórico, com base nas mudanças ocorridas na história efetiva. Isso corresponde a uma “nova história”, na qual a renovação de um conhecimento histórico só aparece quando se realiza uma transformação profunda na representação do tempo histórico.

Uma “nova história” e/ou “escola histórica”, remete a uma nova concepção da representação do tempo. Tem-se por exemplo a Escola dos Annales que, apesar de ter como principal proposta a interdisciplinaridade e, nesse momento, não levando em consideração as convergências e descontinuidades de suas três gerações, fazem uma

história influenciada pelas ciências sociais. Portanto, não será a interdisciplinaridade a grande mudança epistemológica produzida pelos Annales, mas sim o que a tornou viável: a sua nova representação do tempo.

É graças a esse novo olhar temporal que se viabiliza a aliança entre a história e as ciências sociais. Dessa forma, o campo da história das mentalidades se apresenta como área preferencial de atuação da longa duração, tempo histórico conceituado pelo historiador da segunda geração dos Annales, Fernand Braudel. As mentalidades tratam de temas universais, fruto das permanências existentes no seio das sociedades, gerando uma inércia. A ruptura, a mudança relegada ao tempo curto, do superficial, não é capaz de nenhuma transformação significativa. Afinal, sua estrutura é prisioneira do tempo longo.

A estrutura da história das mentalidades, traduzidas pelos seus modos de sentir o mundo, através das afecções e temáticas ligadas aos sentimentos e percepções da sociedade, como o amor e a morte, aproxima-se de outro referencial teórico, a dos Arquétipos e Inconsciente Coletivo de Jung, que tratam de uma memória coletiva, ligadas as repetidas experiências humanas em torno de situações típicas confrontados pelos homens e suas sociedades.

Esse artigo pretende verificar o campo da História das Mentalidades condizente aos Annales<sup>3</sup>, como campo de pesquisa da história, na qual se dá a longa duração<sup>4</sup>. Com isso, as mentalidades asseguradas pela formulação teórico e conceitual do tempo longo de Braudel, serão passíveis de comparação com o Inconsciente Coletivo e os Arquétipos junguianos.

Compreendemos a importância desse trabalho no campo da epistemologia, acerca da teoria da história, em especial, sobre a compreensão de como o conhecimento referente a História das Mentalidades se apresenta, pois trata-se do estudo científico da ciência e/ou área de conhecimento, sua natureza e suas limitações. Encontra-se no estudo

---

<sup>3</sup> A Escola dos Annales é um movimento historiográfico que se originou na França e se destacou por incorporar métodos das Ciências Sociais a História. Neste sentido, a Escola dos Annales ampliou seus objetos de estudos em relação às atividades humanas, a qual se divide em três gerações. Mais adiante, no decorrer deste trabalho, será melhor exposto sobre o movimento dos Annales e sua importância para o desenvolvimento da História enquanto área do saber.

<sup>4</sup> Conceito de tempo histórico criado pelo historiador Fernand Braudel. É principalmente caracterizado pelas permanências na sociedade, pelas fases lentas, isto é, uma história quase imóvel. O conceito de *longa duração* será melhor apresentado no decorrer desta pesquisa, já que é o ponto central da mesma.

epistemológico o interesse em se analisar a origem, estrutura, os métodos e a validade do conhecimento, o que lhe confere outro nome: teoria do conhecimento. A epistemologia torna-se fundamental para a verificação de validade do conhecimento das áreas do saber, vez que avalia a fundamentação lógica de teorias e de suas habilitações científicas.

### Os modos de sentir da história das mentalidades

A vasta discussão acerca da historiografia produzida pelos Annales, com seus embates e divergências entre os diversos autores das três gerações, é impossível de ser analisada com o devido detalhe nesse artigo - além de não ser nosso foco central. O que interessa aqui é a segunda geração dos Annales, encontrando na História das Mentalidades que tem na longa duração de Braudel sua temporalidade, o objeto investigativo para esse trabalho. Em relação à História das Mentalidades<sup>5</sup>, percebemos que ela antecede a Braudel, segundo afirmativa de Vainfas (1997, p. 132-135):

Marc Bloch, por exemplo, celebrizado pelos estudos rurais em perspectiva comparativa, e particularmente pelo clássico *La société féodale*, escrito nos anos 30 [...], foi verdadeiramente precursor da história das mentalidades e de uma antropologia política ao escrever *Les rois thaumaturges*. [...] Bloch e Febvre inauguram, pois, nos primórdios dos *Annales*, o estudo das mentalidades, delas fazendo um legítimo objeto de investigação histórica. Mas não pense que foram eles os primeiros a se dedicarem ao estudo de sentimentos, crenças e costumes na historiografia ocidental. Para citar alguns autores que lhes antecederam ou foram deles contemporâneos nessas preocupações, vale lembrar o próprio Michelet, autor de *La Sorcière*, em 1862 [...], Norbert Elias, sociólogo e historiador alemão, antecipando-se a Foucault em décadas, publicou em 1939 o seu *processo civilizador*, livro sobre a sociedade de corte e o surgimento da etiqueta na Europa moderna.

Vovelle, historiador francês das mentalidades e assumidamente marxista, escreve em 1980 um artigo intitulado *Ideologias e Mentalidades: um esclarecimento necessário*, que nos conta sobre uma pré-história da historiografia das mentalidades, relatando “(...) o

---

<sup>5</sup> É importante ressaltar que a *longa duração*, ou seja, o tempo histórico formulado por Braudel não é exclusividade da história das mentalidades, pois outros campos da historiografia dos *Annales* também se beneficiam deste tempo histórico, como é o caso da história social, os historiadores que trabalham com cultura e os pesquisadores na área de história econômica, entre muitos outros.

que é *La grande Peur* (o terror) de Georges Lefebvre, o estudo mais impressionantemente moderno de um dos últimos grandes pânico de estilo antigo na sociedade francesa?” (VOVELLE, 2004, 14-15). Para esse Autor, o conceito de mentalidade integra o que não está formulado, o que à primeira vista permanece como “não significante”, conservando – mesmo encoberto – o patamar das motivações inconscientes.

As mentalidades implicam e privilegiam a lembrança/memória e as formas de resistências, indica aquilo que se convencionou definir como a força da inércia das estruturas mentais. Vovelle adota o termo “imaginário coletivo” ao invés de Inconsciente Coletivo, associado ao conceito de mentalidades, vez que o considera mais operacionalizável e menos suscetível às extrapolações ligadas ao domínio da psicanálise. O mesmo autor utiliza uma afirmativa de Phillippe Ariés sobre a concepção de mentalidades.

De meu ponto de vista, os grandes pólos de atração das mentalidades – atitudes diante da vida e da morte – dependem de motivações mais secretas. Mais imbricados no limite entre o biológico e o cultural, isto é, do inconsciente coletivo anima forças psicológicas elementares, que são a consciência de si mesmo, o desejo de superar-se ou, ao contrário, o sentido do destino coletivo, da sociabilidade, etc. (ARIÉS *apud* VOVELLE; 2004, p. 108).

É possível perceber certo intercâmbio conceitual e de (re)significação entre Inconsciente Coletivo – mesmo substituído pelo termo de “imaginário coletivo” – e História das Mentalidades. O Autor evoca o limite entre o biológico e o cultural (o Inconsciente Coletivo), responsável por reviver as forças psicológicas elementares, ao mesmo tempo em que os grandes polos das mentalidades estão relacionados com as motivações mais secretas. Porém, trataremos mais adiante das relações análogas entre Inconsciente Coletivo e as Mentalidades.

A História das Mentalidades que, em meados da década de 1960, passou a predominar na historiografia francesa, tratou de temas preferencialmente ligados ao cotidiano e às representações, como o amor, a morte, a mulher, as bruxas, os homossexuais, os loucos, a família, o corpo, a criança, dos modos de vestir, comer, chorar, beijar, etc. (VAINFAS; 1997). Segundo Barros (2004), a História das Mentalidades busca captar modos coletivos de sentir, como o sentimento de medo. São padrões de comportamentos e atitudes recorrentes daqueles complexos mentais/emocionais que estão por trás das coisas, como as práticas de feitiçarias, crenças, o comportamento do homem diante da morte.

[...] Está muito associada à idéia de que existe em qualquer sociedade algo como uma “mentalidade coletiva”, que para alguns seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem as permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem estar se operando rapidamente nos planos econômicos e políticos) (BARROS; 2004, p. 94).

Braudel surge com a intenção de conceituar um tempo-histórico capaz de sustentar as ambições de estrutura mental da História das Mentalidades, pautada nas permanências existentes na sociedade. Tais permanências causam uma forte impressão de inércia estrutural no tecido social, vez que não se operam transformações de fato e sim permanências. A longa duração, apresenta-se como a temporalidade referente à História das Mentalidades, sendo o tempo das estruturas, da quase imobilidade entre a relação do homem e a natureza. Para Braudel,

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração apresentou-se, pois, como um personagem embaraçoso, complexo, freqüentemente inédito. Admiti-la no seio do nosso ofício não pode representar um simples jogo, a costumada ampliação do estudo e da curiosidade. Tão-pouco se trata de uma escolha, de que a história seja a única beneficiada. Para o historiador, aceitá-la equivale a prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma inversão de pensamento, a uma nova concepção do social. Equivale a familiarizar-se com um tempo que se tornou mais lento, por vezes, até quase ao limite da mobilidade. [...] A totalidade da história pode, em todo o caso, ser resposta como a partir de uma infra-estrutura em relação a estas camadas de história lenta. Todos os níveis, todos os milhares de níveis, todos os milhares de fragmentações do tempo da história, se compreendem a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gravita em torno dela (BRAUDEL, 1982, 17).

Em seu texto Braudel enfatiza a continuidade, a permanência, a estrutura, a longa duração e não a mudança histórica. Para a história, são as permanências que darão sentido aos eventos. Segundo Reis, “A estrutura sofre o ‘vento da história’, que são seus eventos, e é obrigada a se rearticular, a mudar lentamente, a estrutura é o ‘não há nada de novo’, que envolve o evento, a novidade; ela é uma articulação dos ‘elementos’ já presentes nela” (REIS; 2000, p. 104). De acordo com o próprio Braudel,

[...] muito mais útil, é a palavra *estrutura*. Boa ou má, é ela que domina os problemas da longa duração. Os observadores do social entendem por *estrutura* uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas

entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reacções espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões da longa duração (BRAUDEL; 1982, p. 14).

Reis (2000) afirma ainda que o conceito de *longa* duração apoia-se na geografia de Vidal de La Blache, que fala de uma história ao ritmo lento, “estrutural”. Enquanto Vainfas (1997, p. 34) afirma que “Braudel introduziu o estruturalismo de Lévi-Strauss na teoria histórica dos Annales, [ao] relaciona[r] as 'tenazes' prisões da longa duração que a geografia impunha universalmente ao homem com a noção de *estrutura* do antropólogo francês”. Já o próprio Braudel (1982, p. 14-15) diz,

Parece que o exemplo mais acessível continua a ser ainda o da reacção geográfica. O homem é prisioneiro, desde há séculos, dos climas, das vegetações, das populações animais, das culturas, de um equilíbrio lentamente construído de que não se pode separar nem correr o risco de voltar a pôr tudo em causa. Considere-se o lugar ocupado pela transumância na vida de montanha, a permanência em certos sectores da vida marítima, arreigados em pontos privilegiados das articulações litorais; repare-se na duradoura implantação das cidades, na persistência das rotas e dos tráficos, na surpreendente fixidez do marco geográfico das civilizações. As mesmas permanências ou sobrevivências dão-se no imenso campo do cultural.

Um tempo dividido em três tipos heterogêneos: estrutural, conjuntural, acontecimental. O primeiro – estruturas – são fenômenos geográficos, ecológicos, políticos, culturais, psicológicos, que “permanecem constantes durante um longo período ou que evoluem de maneira quase imperceptível. As conjunturas são flutuações de amplitudes diversas, que se manifestam nesse quadro estrutural” (REIS; 2000, p. 105-106).

As estruturas são entendidas por Braudel, como um conjunto de pressões, limites e barreiras, coibindo as mais diferentes variáveis de se elevarem acima de certo teto (REIS,

2000). Para Le Goff (1995, p.71). “A mentalidade [...] é aquilo que muda mais lentamente, história das mentalidades, história da lentidão na história” (LE GOFF, 1995, 71). E segundo Reis (2000, p.106), “quanto às áreas ligadas a cada ritmo do tempo, geralmente se associa o tempo longo ao geográfico, o tempo conjuntural ao econômico-social e o tempo breve ao individual e acontecimental”.

Em suma, a História das Mentalidades está associada à ideia de que existe em qualquer sociedade uma espécie de mentalidades coletiva, uma estrutura mental e que se transformam lentamente – longa duração – originando permanências que incorporam aos hábitos mentais daqueles que participam da formação social. As mentalidades buscam captar os modos coletivos de sentir, padrões de comportamentos, dos complexos mentais e emocionais, compartilhados por todos que estão inseridos nas prisões da longa duração.

### **Os Modos de sentir do inconsciente coletivo e os arquétipos de Jung**

A estrutura da *psique* pensada por Jung pode ser representada em duas porções: a do consciente e do inconsciente. Na consciência e/ou consciente é que se desenrolam as relações entre os conteúdos psíquicos e o ego. O ego é o centro da consciência. É necessário que os conteúdos psíquicos se relacionem com o ego, para assim tornarem-se consciente. Silveira destaca que “Jung define o ego como um complexo de elementos numerosos formando, porém, unidade bastante coesa para transmitir impressão de continuidade e de identidade consigo” (SILVEIRA, 1981, p. 71). Isso significa que todos os processos psíquicos que não mantêm relações com o ego irão constituir o domínio do (imenso) inconsciente.

Segundo Santos, a consciência não é igual ao ego, sendo maior que ele e termina onde encerra nossos conhecimentos das coisas externas a nós. “Como bases psíquicas do ego, temos tudo o que faz parte do campo de nossa consciência e todo o conjunto de elementos que constituem o inconsciente” (SANTOS, 1986, p. 04).

Na psicologia junguiana, o inconsciente é compreendido em Inconsciente Pessoal e Inconsciente Coletivo. O Inconsciente Pessoal forma-se juntamente com o indivíduo e suas camadas referem-se às camadas mais superficiais do inconsciente; constitui-se de coisas esquecidas e também reprimidas, penosas de serem lembradas. De acordo com Jung,

Uma camada mais ou menos superficial do inconsciente é indubitavelmente pessoal. Nós a denominamos *inconsciente pessoal*. Esta porém repousa sobre uma camada mais profunda, que já não tem sua

origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo Inata (JUNG, 2000, p. 15).

O Inconsciente Coletivo pode ser entendido como um conhecimento *a priori* a todo homem e referente às repetidas experiências humanas, gravadas na *psique*. Além de se manifestar nos sonhos como um depósito de imagens e símbolos, se revela através das ações do homem no tempo, na qual conseguem trazer à tona os Arquétipos, perpetuando-os. Ainda de acordo com Jung (2000, p.15),

Esta camada mais profunda é o que chamamos de *inconsciente coletivo*. Eu optei pelo termo “coletivo” pelo fato do inconsciente não ser de natureza individual, mas universal; isto é contrariamente à psique pessoal ele possui conteúdos e modos de comportamentos, os quais são ‘cum grano salis’ os mesmos em toda parte e em todos os indivíduos. Em outras palavras, são idênticos em todos os seres humanos, constituindo, portanto um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo.

O Inconsciente Coletivo é constituído por coisas herdadas e anteriores a consciência e é universal, uma herança repassada de geração em geração, de acordo com a repetição das experiências vividas por nossos ancestrais e/ou sociedades humanas. Os Arquétipos junguianos são as revivências desses materiais culturais manifestados nos indivíduos, que os herdou. São as situações e experiências típicas da vida, repetidas, que irão proporcionar serem gravadas na *psique*, transmitindo uma memória comum a todos os seres humanos (Inconsciente Coletivo). Para Jung,

(...) (primeiramente observado e comentado por Freud) de que num sonho muitas vezes aparecem elementos que não são individuais e nem podem fazer parte da experiência pessoal do sonhador. A estes elementos, (...) Freud chamava “resíduos arcaicos” – formas mentais cuja presença não encontra explicação alguma na vida do indivíduo e que parecem, antes formas primitivas e inatas, representando uma herança do espírito humano. Assim como nosso corpo é um verdadeiro museu de órgãos, cada um com a sua longa evolução histórica, devemos esperar encontrar também na mente uma organização análoga. Nossa mente não poderia ser jamais um produto sem história, em situação oposta ao corpo (...) refiro-me ao desenvolvimento bio-lógico, pré-histórico e inconsciente do homem primitivo (...) esta psique, infinitamente antiga, é a base de nossa mente (...) o pesquisador experiente da mente humana também pode verificar as analogias existentes entre as imagens oníricas do homem

moderno e as expressões da mente primitiva, as suas “imagens coletivas” e os seus motivos mitológicos (JUNG; 1977, p. 67).

Os “resíduos arcaicos” que Freud determinou, são chamados por Jung de “arquetipos”<sup>6</sup> ou “imagens primordiais” que, conforme Silveira (1981, p.77) “(...) são as possibilidades herdadas para representar imagens similares, são formas instintivas de imaginar”. São iguais e/ou semelhantes a ele próprio, imagens conscientes e vazias dos seus instintos, assim como são padrões de comportamentos instintivos. Em outras palavras, o Arquétipo é uma tendência instintiva, assim como o impulso das aves para fazer seu ninho ou a organização das formigas em formato de colônias. Para Jung (1977, p.69), “A sua origem não é conhecida; e eles se repetem em qualquer época ou em qualquer lugar do mundo – mesmo onde não é possível explicar a sua transmissão por descendência direta ou por ‘fecundações cruzadas’ resultantes da migração”.

Para Jung (2000) os conteúdos que compõe o Inconsciente Coletivo serão chamados Arquétipos. Importante ressaltar que, mesmo apresentando inúmeras variações de detalhes, os Arquétipos nunca perdem sua configuração/essência original, pois resultam do depósito das impressões causadas e deixadas pelas repetidas vivências fundamentais comuns a todos os seres humanos.

Existem tantos Arquétipos<sup>7</sup> quanto situações típicas na vida cotidiana e acontece como uma tendência, instintiva/compulsiva, ignorando qualquer razão e vontade. Santos (1976) afirma que Jung foi o primeiro a explicar a mitologia como uma projeção de um inconsciente universal, totalizante e sua ação é paralelo a força inerente aos motivos

---

<sup>6</sup> Segundo Cacilda Cuba dos Santos, Jung entendia a herança do arquétipo como uma hipótese de trabalho, porém chama atenção, que para ela, os trabalhos bioquímicos sobre transmissão hereditária de memória, em especial de Magoun, pode ser entendido como confirmador da idéia de Jung. “um dado a mais: sabemos no presente, por relato de Jouvét, do grande número de horas de sono que, na criança de pouca idade, são cheios de sonhos. Perguntamo-nos com o que há de sonhar a criança que mal começa a viver, quer o recém-nascido de 7 a 8 meses, quer o recém-nascido de termo. Só podemos julgar, pensamos de novo pessoalmente, é que os arquétipos é que estejam em jogo no caso, motivando as representações oníricas do homem já assim bem no início de sua vida”. (SANTOS, Cacilda Cuba dos. *Individuação Junguiana*. São Paulo: Sarvier, 1976).

<sup>7</sup> Os Arquétipos têm sua principal forma de manifestação através dos sonhos e são exatamente os símbolos oníricos que provém do “Inconsciente Coletivo” que é a “parte da *psique* que retém e transmite a herança psicológica comum a toda humanidade” (HENDERSON, 1977, p. 107). E a relação de alguns destes símbolos produzidos pelo inconsciente com as fases da vida de um indivíduo (influência e a transição para a adolescência; maturidade, velhice ou a própria preparação para a morte), é de suma importância e de enorme valor prático para o analista.

mitológicos. “Graças a esse modo de ação [...] da influência dos arquétipos na vida das sociedades. [...] sob ponto de vista psicológico [...] a segunda grande guerra foi [...] ativação de um arquétipo – o da suástica” (SANTOS; 1976, p. 37).

### **Sentindo os modos de sentir: a história das mentalidades através do inconsciente coletivo**

Nota-se uma estreita relação entre o conceito de História das Mentalidades e os Arquétipos junguianos. As Mentalidades estão ligadas a temas universais, que buscam captar modos coletivos de sentir, daí exemplos como o medo, o amor, a mulher, dentre outros. Todos esses temas integram uma mentalidade que, não por acaso, é coletiva e que indica uma estrutura mental comum, entre o limite do biológico e o cultural, a do Inconsciente Coletivo. Uma estrutura mental que se transforma lentamente, a quase inércia, o que gera permanências incorporadas nos hábitos mentais.

É como esses modos de sentir (temas universais das Mentalidades) participassem da estrutura mental dos indivíduos em determinada sociedade, o que legitimaria permanências e continuidade nas ações humanas. Esse agir humano são frutos desses modos de sentir que, ao mesmo tempo, são alimentados por essa ação humana, perpetuando-se mutuamente. Com isso percebemos uma possível aproximação entre estes dois conceitos, no qual a História das Mentalidades (re)significa os Arquétipos junguianos em temas histórico-sociais e objeto investigativo da história, para se compreender o homem e suas ações ao longo do tempo. Os Arquétipos que, segundo Santos (1976, p. 31), “[...] são revivências de materiais mitológicos que se manifestam no indivíduo por que ele os herdou”.

Esses materiais mitológicos se relacionam com o que Le Goff relata – no final do século XIX e no início do XX – sobre a mentalidade designar o psiquismo dos “primitivos” que se apresenta ao observador como um fenômeno coletivo, indiscernível no seio de um psiquismo individual “ [...] e próprio dos indivíduos cuja vida psíquica é feita de reflexos, de automatismos; reduz-se a um mental coletivo que exclui praticamente a personalidade.” (LE GOFF; 1995, p.73-74). Jung afirma que

*O conceito de arquétipo, que constitui um correlato indispensável da idéia de inconsciente coletivo, indica a existência de determinadas formas da psique, que estão presentes em todo tempo e em todo lugar. A pesquisa mitológica denomina-as “motivos” ou “temas”; na psicologia dos primitivos elas correspondem ao conceito *représentations collectives**

de LEVY-BRUHLE no campo das religiões comparadas foram definidas como “categorias da imaginação” por HUBERT e MAUSS. ADOLF BASTIAN designou-as bem antes como “pensamentos elementares” ou “primordiais”. A partir dessas referências torna-se claro que minha representação do arquétipo – literalmente uma forma preexistente – não é exclusivamente meu, mas também é reconhecido entres outros campos da ciência (JUNG; 2000, p. 53-54).

Nessa perspectiva, em que Jung admite que sua representação de Arquétipo não seja exclusivamente dele, uma vez que pode ser reconhecido em outros campos da ciência, que identificamos o Inconsciente Coletivo e seus Arquétipos com as Mentalidades. Neste encaixe, alguns dos temas (não todos) da História das Mentalidades podem coincidir com algumas imagens arquetípicas. Para Mestre e Pinotti (2004), as imagens religiosas representam as crenças partilhadas da herança espiritual. Assim, compartilhamos, com nossos pares de espécie, sentimentos e pensamentos adquiridos através do Inconsciente Coletivo.

O medo do escuro, por exemplo, torna o homem sujeito a uma impotência de defesa contra aquilo que não é capaz de ver, portanto, de conhecer. Isso talvez explique a necessidade da religião como fato universal de qualquer cultura em toda a história do homem, como forma de tornar neutro o que se desconhece, através da proteção de divindades. E nessas explicações religiosas, outros medos são criados como mecanismos de controle social e de manutenção da identidade em face do desconhecido. (SHARP *apud* MESTRE; PINOTTI; 2004, p. 4)

Desta forma, podemos identificar a religião como Arquétipo importante do Inconsciente Coletivo, sendo um campo de interesse do próprio Jung que escreveu algumas obras sobre o tema, como *Psicologia da religião ocidental e oriental*, além de sempre trazer a religião à tona em seus outros escritos. Temática essa, muito conhecida entre os historiadores das Mentalidades, como é o caso do Historiador Lucien Febvre, um dos fundadores dos Annales.

Todavia, os Arquétipos junguianos são verificados como permanências gravadas na *psique* humana e são comuns a todos e referentes ao Inconsciente Coletivo. Essas permanências irão participar das atitudes conectadas aos modos de sentir dos homens e a forma como a coletividade humana trata essas questões pouco se transformou – uma longa duração – dando espaço para as permanências e uma estrutura mental coletiva nas afecções e agir humano, referente à História das Mentalidades. Le Goff (1995, p. 69) postula que o

objeto do historiador das mentalidades “[...] é o coletivo. A mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem em comum com outros homens do seu tempo”.

Dessa forma, podemos entender também que as iconografias com seus símbolos e imagens através dos meios de informações e comunicações são, ao mesmo tempo, uma consequência que deriva e origina permanências de uma dada mentalidade, na qual se arrasta por um tempo longo. Trata-se da mesma estrutura mental que, por vezes, resulta numa inércia que estão vinculados aos temas universais.

Enquanto a História das Mentalidades refere-se a esfera do social e coletivo, o Inconsciente Coletivo, através do *panteon* dos Arquétipos, retrata cada ser humano, individual, a partir de uma premissa universal. Dessa maneira, o Inconsciente Coletivo atua com a História das Mentalidades na medida em que cada homem, munido dessa estrutura mental, nas aglomerações humanas, traduzidos na sociedade coloca em prática essa coletividade, ou seja, os reflexos dessa estrutura mental.

Vovelle, recorre mais uma vez a Philippe Ariès em *La Nouvelle Histoire* quando trata que as mentalidades não têm relação com o Inconsciente Coletivo “[...] em termos de psicanálise – exceto talvez Jung, eventualmente – nem segundo os critérios de uma antropologia inspirada em Lévi Strauss” (ARIÈS *apud* VOVELLE, 2004, p. 21). Percebemos aqui, que as mentalidades não se referem à psicanálise tradicional, aos moldes de Freud. Todavia, a perspectiva junguiana parece colaborar com os preceitos de estruturas mentais coletivas através de seus ritmos e causalidades próprios.

Partindo da existência de uma longa duração (as permanências) referentes aos (temas) universais da História das Mentalidades e que podem ser (re)interpretados em Arquétipos junguianos, podemos afirmar que toda a estrutura social não sofreu transformações em seus alicerces. Com isso, resulta em ações – inconscientemente já estereotipadas e determinadas – dos indivíduos que carregam uma estrutura mental coletiva e comum, fruto de um Inconsciente Coletivo. Tudo isso pode ser entendido quando Le Goff (1995, p. 71) situa as mentalidades, colocando-as “[...] no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral”.

Desta forma, o Inconsciente Coletivo sugere ao homem como seu comportamento deve funcionar, ou seja, ele deve agir conforme o arcabouço de Arquétipos já impregnado na sua *psique*. Observa-se aqui a possibilidade de conversão, ou melhor, ainda, de

(re)interpretar o Inconsciente Coletivo com os próprios universais (temas) da história das mentalidades e as conseqüentes permanências geradas pela longa duração braudeliana. Isso nos permite afirmar que não houve nenhuma transformação nas bases da estrutura social, levando em consideração que as mentalidades são o resultado das ações estereotipadas e inconscientes dos indivíduos, que carregam a herança de uma estrutura mental coletiva, comum e universal, decorrente do próprio Inconsciente Coletivo.

Esses postulados talvez justifiquem a afirmativa de Le Goff, quando ele diz que a mentalidade parece se apresentar preferencialmente do irracional ao extravagante. “Daí a proliferação de estudos – alguns notáveis sobre feitiçaria, heresia e milenarismos; daí também, que dirigindo a sua atenção para os sentimentos comuns ou de grupos sociais integrados”, dão preferência a temas limites como as atitudes em relação ao milagre ou a morte (LE GOFF, 1995, p. 75).

O Inconsciente Coletivo se apresenta como um pilar categórico para explicar a existência das permanências referentes à sociedade e demonstrada pela História das Mentalidades e salvaguardadas pela longa duração. Em outras palavras, é no Inconsciente Coletivo que se encontram modos de apreensão através dos Arquétipos junguianos e a longa duração, na qual esses Arquétipos ou temas se apresentam, propagam e permanecem na sociedade. Em suma, Inconsciente Coletivo e Mentalidades buscam os modos de sentir do homem e da sociedade. Cada homem tem basicamente a mesma estrutura mental, resultando mais ou menos nos mesmos hábitos mentais, o que garante os mesmos Arquétipos e/ou temas universais dentro do processo histórico, como assinala as mentalidades. A História das Mentalidades equivale ao Inconsciente Coletivo e os temas universais da primeira remetem aos Arquétipos do segundo.

É o Inconsciente Coletivo que sugere ao homem como se comportar e guia suas ações, de acordo com o arcabouço de Arquétipos já impregnado na sua *psique*. Concordamos com Reis (2000) quando conseguimos perceber que o tempo longo e as permanências ultrapassam o quadro geográfico, na qual se manifestam também no campo cultural. Desta maneira, o homem perde sua historicidade e sofre muito mais a temporalidade do que a produz, pois suas ações não dependem de sua vontade e acontecem sob limites geográficos, sociais, mentais, culturais, econômicos, demográficos, conscientes e inconscientes. Tudo isso contribui para o descentramento do homem, vez que o torna seriável e não evento singular.

O Inconsciente Coletivo está intimamente ligado à História das Mentalidades, pois busca captar os modos de sentir da sociedade (temas); é no Inconsciente Coletivo que se encontram estes modos através dos Arquétipos e a longa duração é o conceito da representação do tempo que estes Arquétipos e/ou temas se propagam e permanecem. Desta maneira, o Inconsciente Coletivo sugere algo mais do que explicar as ações individuais de cada um, mas cada homem tem basicamente a mesma estrutura mental e reage mais ou menos da mesma forma, fazendo com que suas ações dentro do processo histórico venham afirmar determinadas ações sempre ligadas aos Arquétipos e/ou temas comuns, como indica a História das Mentalidades.

### **Considerações finais**

Carl Gustav Jung, com suas formulações sobre o Inconsciente Coletivo, consegue captar os modos de sentir e as afecções de cada ser humano através de uma estrutura mental comum a todos, através de um conjunto de arquétipos traduzidos em imagens criptografadas na memória de cada indivíduo, decorrente das repetições de cada experiência fundamental de cada um. Essa estrutura de Jung traz uma série de elementos passíveis de comparação com o conceito de História das Mentalidades, tema amplamente conhecido pelos historiadores.

É importante ressaltar que enquanto o Inconsciente Coletivo é composto por Arquétipos, um repertório imagético que vai desde travessias de pontes, calamidades, sexo, fome, imagem de um cavalo, besouro, Sol, Lua, criança ou mulher não podem ser traduzidos literalmente em temas da História das Mentalidades. Desse modo, o que permanece é o ‘flerte’ entre esses campos do saber, em especial, o princípio de estrutura mental, repassado através das gerações e perpetuados pelas prisões da longa duração.

Essa genialidade de Jung pode ser fruto da sua maior proximidade com autores e pensadores românticos do que com Freud. Segundo Maroni (1998), citações de Goethe, Schiller, Schopenhauer, Burckhardt, Otto e outros são mais frequentemente encontrados em seus trabalhos, proporcionando um deslocamento efetivo em relação a psicanálise, sendo Carl Gustav Craus o intelectual mais presente na formação e construção do pensamento junguiano. Essa qualidade de Jung, certamente permitiu seu diálogo e intercâmbio com outras áreas, como a História das Mentalidades que, desde o século XIX já vinha sendo praticada por outros autores, como é o caso de Michelet, autor de *La*

*Sorciène*, em 1862 e que no século XX, com a segunda geração dos *Annales* vai encontrar seu auge.

### Referências:

- BARROS, J. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- CARDOSO, C & VAINFAS, R. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- DOSSE, F. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Unicamp, 1992.
- LE GOFF, J & NORRA, P. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995.
- MESTRE, M & PINOTTI, R. **As representações sociais e o inconsciente coletivo: um diálogo entre duas linhas teóricas**. *PsicoUTPonline*. n. 04, Curitiba, jul. 2004.
- JUNG, C. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O Homem e seus Símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Psicologia e Religião**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- MARONI, A. **Jung: Individuação e Coletividade**. São Paulo: Moderna, 1998.
- REIS, J. **Escola dos Annales: A Inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTOS, C. **Individuação Junguiana**. São Paulo: Sarvier, 1976.
- SILVEIRA, N. **Jung: Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- VOVELLE, M. **Ideologias e Mentalidades: um esclarecimento necessário**. São Paulo: Brasiliense, 2004.